

Manaus (AM), 4 de fevereiro de 2020.

**À
PRESIDÊNCIA**

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Em observância aos requisitos legais expressos no art. 25, *caput*, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993, a que alude o Parecer n. 047/2020 da ASJUR (documento n. 12.538/2020), **A U T O R I Z O** a contratação direta da **Prefeitura Municipal de Anamã/AM**, objetivando a contratação dos serviços de fornecimento de água e de manutenção de esgoto ao imóvel que abriga a sede do Posto de Atendimento de Anamã/AM.

Dessa forma, dirijo-me a Vossa Excelência para requerer, com fundamento no *caput* do art. 26 do retrocitado diploma legal, a **R A T I F I C A Ç Ã O** do referido ato, ressaltando a desnecessidade de publicação no D.O.U, em atenção ao princípio da economicidade, e de declaração do ordenador de despesas, por se tratar de despesa considerada irrelevante.

Respeitosamente,

JÚLIO BRIGLIA MARQUES
DIRETOR-GERAL